

Aglomerções Produtivas e o Segmento Cultural: uma Análise das Abordagens de Cluster e APLs.

Autoria: Carmen Lucia Castro Lima, Elizabeth Loiola

Resumo

Este artigo tem como áreas temáticas a produção de bens simbólico-culturais e as teorias de aglomeração produtiva. Com base em revisão de bibliografia, seu objetivo é discutir como modelos genéricos de aglomeração produtiva têm sido utilizados em estudos sobre o segmento cultural. Particularmente, busca-se identificar avanços metodológicos já empreendidos e lacunas ainda existentes das abordagens de *Cluster* e de Arranjos Produtivos Locais (APL's). Conclui-se pela inadequação da metodologia de *Creative Clusters*. Quanto à metodologia de APL's, apesar da multidimensionalidade dos conceitos de território e, em consequência, de Arranjos, o mapeamento de aglomerações produtivas do segmento cultural, sugere-se, não pode prescindir de método de identificação das redes sociais primárias nas quais seus produtores estão inseridos.

1. Introdução

Em meio às transformações sócio-produtivas e culturais, a produção cultural transformou-se em um dos principais domínios da economia mundializada. A diversidade cultural e as manifestações culturais regionais e locais se tornam especialmente importantes, simultaneamente. Observa-se ainda tendência renovada à aglomeração das atividades culturais. Em resumo, a aglomeração locacional e as relações globalizadas são frequentemente processos complementares, em se tratando da produção de bens simbólico-culturais.

Tendo em vista as singularidades dos bens simbólico-culturais, o objetivo deste artigo é discutir como modelos de aglomeração produtiva têm sido utilizados em estudos sobre tais bens para identificar avanços metodológicos já empreendidos e lacunas ainda existentes entre as abordagens mais difundidas. Ao perseguir tal objetivo, espera-se concorrer para reduzir situação apontada na literatura de falta de adequação de ferramentas e métodos de trabalho que dêem conta de especificidades da produção de bens e serviços simbólicos, sobretudo em relação à dupla natureza desses bens – a simbólica, que se traduz em conjunto de práticas que diferencia grupos e povos, e a econômica, que, relativamente autônoma em relação à primeira, se constitui e renova continuamente pelos trânsitos de significados nos mercados de produção e de consumo de bens simbólico-culturais.

Para atingir o objetivo antes anunciado, na próxima seção deste artigo discute-se a importância da cultura na economia contemporânea, enquanto abordagens selecionadas e tendências de as atividades culturais se aglomerarem são apresentadas e analisadas na seção seguinte. Modelos de aglomerações produtivas em trabalhos que focam os segmentos culturais são discutidos em seguida. Tal percurso teórico, desenvolvido com base em revisão de bibliografia, é importante para contextualizar e problematizar os conceitos de *Creative Cluster* e APL com vistas a pontuar suas lacunas no tratamento desses segmentos. Por fim, na última parte deste artigo são registrados limites e possibilidades da utilização das noções de *Creative Clusters* e de Arranjos Produtivos Locais (APL's).

2. Cultura e a Economia Contemporânea

Moles (1974) encontrou mais de 100 definições para o termo cultura. Não é por acaso que Eagleton (2005) afirmou que cultura é uma das 3 palavras mais complexas da nossa Língua. Apesar dessa polissêmia, já há hoje alguns consensos estabelecidos que

permitem definir cultura como o conjunto de características, atitudes, opiniões, costumes, valores e práticas, por meio do qual, o ser humano preserva sua identidade, e que, simultaneamente, é apreendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo. Sinais, símbolos, textos, línguas, artefatos e tradições orais e escritas, expressões que são das culturas de grupos, relacionam-se ao conceito ampliado ou antropológico de cultura.

Na modernidade, o campo cultural autonomiza-se em relação a outros campos que constituíam a vida das sociedades, apresentando-se como circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos. Desde então, cultura passa a significar também, em sua dimensão restrita, um sistema de produção com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão (Botelho, 2001). Para atingir tal objetivo, esse sistema de produção, a exemplo de muitos outros, passa a abranger um conjunto específico de profissões, a envolver a utilização de recursos materiais e imateriais, a focar mercados de massa ou nichos de mercados e a abarcar múltiplas formas de organização da produção, dentre outros aspectos.

A globalização, a difusão das Tecnologias de Comunicação e da Informação (TICs), o crescimento da importância do trabalho imaterial, o *boom* da propriedade intelectual e as mudanças no consumo do lazer têm engendrado outras significativas transformações no papel da cultura nas atividades produtivas. Izerrougene (2006) propõe que a acumulação, atualmente, tem como bases o conhecimento e o capital humano, os quais, por sua vez, ligam-se fortemente a processos contínuos de inovação. A valorização do capital não se fundamenta mais no tempo objetivo de repetição, mas, sim, no tempo subjetivo de criação. A postulação sobre a tendência de o trabalho ser, cada vez mais, de natureza intelectual e criativa, ou seja, imaterial, no capitalismo globalizado, é corroborada por proposições de Negri e Hardt (2005). A nova lógica expressa na tese de desmaterialização do trabalho intelectual e criativo impactaria, particularmente, na dimensão econômica da cultura nas sociedades atuais, e o poder de acumular riquezas na fase atual do capitalismo estaria atrelado à capacidade de produzir e controlar tais ativos.

Yúdice (2004) chama a atenção, em especial, para a tendência atual de se utilizar “cultura como recurso”, visando à melhoria social, política e econômica das comunidades. Segundo o autor citado, a desmaterialização de novas fontes de crescimento econômico e a maior distribuição de bens simbólicos no comércio mundial têm dado à esfera cultural um protagonismo maior do que em qualquer outro momento da modernidade.

Tal protagonismo da esfera cultural no comércio mundial reflete mudanças para além do âmbito da produção. Segers e Hujigh (2006) focam suas discussões sobre modificações em curso na esfera do consumo. Propõem que, em uma sociedade simbólica, os indivíduos desenvolvem as suas personalidades através do consumo cultural de uma série de produtos. O consumo em geral, e o consumo cultural em particular, significaria não apenas a compra de bens, mas, também, os usos destes na construção das identidades social e individual. Os produtos seriam consumidos através da experiência causada pela natureza subjetiva desses bens.

A cultura, portanto, passou a ocupar posição estratégica na elaboração de projetos de desenvolvimento. Destacam-se, assim, as relações entre cultura e desenvolvimento, em que a primeira é considerada como eixo construtor das identidades, como espaço de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas.

Uma característica comum, verificada em muitos países, é que produtores culturais e de atividades correlacionadas tendem a se aglomerar em certos locais ou regiões. Esses desenvolveriam uma diversidade de relações sociais, baseadas na complementaridade, na interdependência e na cooperação. Para se avançar no sentido de alcançar o objetivo deste

ensaio, o tópico a seguir vai realizar uma apresentação sintética e crítica de teorias sobre aglomeração produtiva e as atividades culturais.

3. Teorias de Aglomeração e as Atividades Culturais.

As vantagens da aglomeração de produtores foram inicialmente apontadas por Marshall (1982), a partir da experiência dos distritos industriais da Inglaterra no século XIX. Marshall (1982) procurou compreender como a concentração de firmas em uma mesma região poderia prover, ao conjunto de produtores, vantagens comparativas que não seriam verificadas se eles estivessem atuando isoladamente. Utilizando o conceito de retornos crescentes de escala, afirmou que as firmas são capazes de se apropriar de economias externas geradas pela aglomeração de produtores. As economias externas podem ser traduzidas pelas vantagens advindas apenas da concentração geográfica e setorial em si, tais como: concentração de mão-de-obra especializada, endogenização de habilidades e conhecimentos, instituições de ensino, ganhos de infra-estrutura, fortalecimento do setor de serviços, consumidores, provisão de bens coletivos, o conhecimento tácito criado em torno do setor e ganhos de informação sobre outras firmas do aglomerado (Marshall, 1982).

Partindo da matriz histórica marshalliana, mas incorporando olhares de diferentes disciplinas e abordagens, existe, atualmente, uma ampla literatura sobre aglomerações produtivas. Algumas dessas abordagens são: (1) as que se inspiram na experiência dos distritos industriais italianos ou europeus de modo geral; (2) as que se baseiam na natureza localizada da inovação tecnológica na dinâmica industrial; (3) as que se fundamentam na economia regional para estabelecer relação entre geografia econômica e desempenho industrial; (4) as que focalizam as estratégias das empresas na busca por vantagens competitivas geograficamente restritas; (5) a abordagem da nova geografia econômica. (Suzigan, 1999).

Esse foco em aglomerações produtivas está associado ao entendimento de que a dimensão puramente setorial é insuficiente para o entendimento de determinadas organizações produtivas atuais. Argumentam-se que características tecnológicas e organizacionais dos segmentos culturais, com fortes interconexões e poderosas economias externas, reforçam as tendências à aglomeração. Mais especificamente, alguns dos fatores que estimulam, segundo Bassett, Griffiths e Smith (2002), Tolila (2007) e Scott (2004), tal tendência são:

1. Os processos de trabalho requerem mão-de-obra com alto grau especialização flexível, o que foi intensificado com a introdução de tecnologias digitais.

2. As atividades de produção são geralmente organizadas em aglomerações produtivas de pequenas e médias empresas, as quais são fortemente interdependentes.

3. Devido à dificuldade de substituir capital por trabalho na maioria das áreas de produção cultural, é difícil alcançar economias de escala. Isto significa que a vantagem competitiva tem de ser alcançada a partir de economias de escopo, as quais tendem a ser geradas, no segmento cultural, pela proximidade espacial dos produtores.¹

4. Demandam altos níveis de mão de obra local e variadas habilidades de mão-de-obra e geram externalidades positivas. Por exemplo, a produção audiovisual, a atividade teatral ou um museu poderiam estimular o turismo em uma certa região, recriar hábitos de consumo e criar modas, estimulando outras atividades produtivas.

5. Seus agentes podem fazer uso de infra-estrutura física e de comunicação comuns, difundindo conhecimentos tácitos através de redes de interação, formais e informais.

6. Suas cadeias produtivas se organizam em oligopólios com franja – um tipo de oligopólio no qual junto às grandes empresas estão os estabelecimentos menores, como sendo

as ‘franjas’ dos conglomerados, e observam-se relações de complementaridade entre empresas especializadas, assim como de cooperação e de aliança, as quais são favorecidas, por sua vez, pelas relações de complementaridade. As “franjas” operam, normalmente, nos ramos de edição e produção, enquanto as *majors* dominam os setores considerados estratégicos de marketing, coordenação e de distribuição dos produtos.

7. As pequenas empresas exercem papel fundamental na renovação da criatividade e assumem riscos que as grandes empresas não estão dispostas a assumir. As *majors*, como controlam a distribuição, têm acesso privilegiado às novas tendências, enquanto os pequenos produtores cumprem o papel de descobrir e desenvolver novos talentos e estilos, proporcionando às grandes empresas condições de realizar escolhas mais seguras no momento em que decidem investir.

8. As redes locais de pequenos produtores tendem a estar inseridas em redes de distribuição globais, as quais, por seu turno, tendem a ser dominadas por conglomerados culturais.

Como consequência das tendências antes enumeradas, os segmentos culturais são caracterizados por relações globais e locais em que a produção é cada vez mais localizada em aglomerações locais e a distribuição realiza-se por meio de amplas redes (Scott, 2004). Associado à crescente importância da produção de bens simbólico-culturais e às tendências apontadas na literatura de que movimentos de aglomeração produtiva são visíveis na produção de tais bens, a próxima seção deste artigo vai focar mais detalhadamente abordagens de aglomerações produtivas específicas ao campo cultural.

4. Desenvolvimento de Aglomerações Culturais: Modelos de Análise

Como foi visto anteriormente, a noção de agrupamento cultural apresenta-se, frequentemente, associada à idéia de vantagem baseada no território, em que os segmentos culturais ganhariam competitividade mobilizando os recursos locais para competir em mercados globais. Assim, o território é visto como o recurso fundamental para os agrupamentos culturais e um ponto primário de intervenção para política cultural (Mommas, 2004).

Reis (2006) considera que a presença de uma aglomeração cultural beneficiaria a construção de relacionamentos e cruzamentos de idéias. O conjunto de agentes oferece uma melhor visibilidade do segmento, que passa a funcionar como um pólo de atração de compradores, fornecedores, financiadores, líderes de opinião e outros profissionais criativos.

As aglomerações culturais aparecem com uma grande variedade de origens e formatos. Podem começar em lugares pela ação de colonos ou grupos informais de produtores culturais ou de investidores privados ou ainda como fruto de planejamento estatal.

O apoio a agrupamentos culturais é apontado como uma das opções de política de desenvolvimento local ou regional, pois, estes conseguiriam conjugar vários elementos importantes: (i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais; (iii) impactos ambientais limitados; e (iv) internacionalização da economia local, por meio do fluxo de valores e informações, sem que ocorra um dilema em relação ao desenvolvimento territorial.

Mommas (2004) ainda observa, a partir da análise das experiências européias, que existem cinco justificativas dos poderes públicos para utilizar os agrupamentos como instrumento de políticas culturais e de desenvolvimento urbano: fortalecer a identidade e poder de atração para os mercados locais; fomentar a abordagem empresarial da arte e cultura; estimular a inovação e a criatividade; encontrar novas formas de utilização de imóveis e regiões abandonadas e estimular a diversidade e a democracia culturais.

Cinti (2008) destaca que existem alguns modelos de análise baseados no arcabouço de aglomeração que são bastante úteis para compreender a literatura atual sobre abordagem de aglomerações culturais, com destaque para aqueles desenvolvidos por Van der Berg et al (2001), Brooks e Kushner (2001), Mommas (2004), OECD (2005), Santagata (2005), Valentino (2003), Carta (2004) e Lazerreti (2003).

Van der Berg et. al.(2001 *apud* Cinti, 2008) analisa e compara a dinâmica das aglomerações em nove regiões urbanas na Europa². A sua abordagem revela que o desempenho e a dinâmica das aglomerações dependem das suas condições específicas, mas, em grande medida, também da situação econômica da região urbana e da qualidade da gestão urbana.

Brooks e Kushner (2001 *apud* Cinti, 2008) descrevem como diferentes cidades americanas se organizam para o desenvolvimento das aglomerações culturais no que se refere ao grau de envolvimento do governo, aos tipos de administração, ao grau de mudanças e programação cultural³. Os autores concluem que o sucesso das aglomerações tem várias características comuns, incluindo a eficácia pública, a liderança do setor privado, as diversas fontes de financiamento e os objetivos claros.

Mommas (2004) discute as estratégias de aglomeração cultural na Holanda⁴. A análise demonstrou que as aglomerações diferem em termos de conjunto de atividades, tanto horizontalmente quanto verticalmente, a forma como são financiadas e geridas, o envolvimento dos atores, a posição espacial dentro de uma vasta infra-estrutura urbana e de sua trajetória de desenvolvimento específico.

Tomando como base estudos de casos internacionais recentes, a OECD (2005 *apud* Cinti, 2008) propõe uma tipologia e discute as condições para o desenvolvimento dos agrupamentos.

Santagata (2005) analisa as propriedades econômicas, bem como as instituições que determinam a evolução dos agrupamentos culturais⁵. Para o autor, os distritos culturais são bons exemplos de desenvolvimento econômico baseado na cultura local e se relacionam com a teoria de distritos industriais. Apresenta ainda uma discussão de tipologia de distritos culturais.

Valentino (2003) define quais são as características que estão subjacentes à dinâmica de uma aglomeração cultural⁶. Seu modelo se inspira nos distritos marshallianos, contudo, o distrito cultural não tem como base a especialização em um produto, mas sim múltiplas atividades localizadas em um território. Ainda segundo o mesmo autor, os recursos culturais são de várias naturezas como: bens e instituições culturais, infra-estrutura, serviços, o patrimônio antropológico, show ao vivo, feiras e festas ligadas à produção de arte contemporânea, dentre outros.

Carta (2004 *apud* Cinti, 2008) analisa resultados de uma investigação realizada na Sicília, com o objetivo de desenvolver métodos e ferramentas para o planejamento cultural mais criativos e capazes de assegurar a conservação e a gestão eficazes e sustentáveis do patrimônio no longo prazo⁷. Estes métodos baseiam-se em um forte vínculo com as políticas de desenvolvimento socioeconômico e com o conceito de "rede cultural territorial", o que implica que o patrimônio, a inovação e as políticas culturais são utilizados como ferramentas de identidade e desenvolvimento local sustentável.

Lazerretti (2003) desenvolve, para os seus estudos sobre processos de aglomerações culturais, uma perspectiva analítica, introduzindo o conceito de cidade-arte como um "sistema local de elevado nível cultural" (HC Local System)⁸. Tal sistema é caracterizado pela presença no mesmo território de elevados dotes artísticos, naturais e culturais, que o identifica como um lugar de alto nível cultural (HC Place), e por uma rede de atores econômicos, não-econômicos e institucionais que desenvolvem atividades de conservação valorização e gestão

econômica de tais recursos e que, em seu conjunto, representam um agrupamento de alto nível cultural da cidade.

Como apresentado, os autores supracitados desenvolveram diversas vertentes de análise para avaliar as configurações e organização de agrupamento cultural. Seus modelos, na maioria das vezes, partem de experiências internacionais para avaliar as condições necessárias para o desenvolvimento das aglomerações. Cinti (2008) elabora um quadro comparativo destas abordagens em que considera dois elementos: condições e recursos/atividades da área e organização e governança do agrupamento (Quadro 1).

Quadro 1: Modelos de Abordagens sobre Aglomerações Culturais

Modelos/Autor	Condições e recursos/ atividades culturais da área	Organização e governança da aglomeração
Van der Berg; Braun and Van Winden (2001)	Condições Gerais: econômicas, culturais e espaciais	Capacidade de organização e condições específicas da aglomeração.
Brooks; Kushner (2001)	Programação	Administração, grau de envolvimento público e grau de mudança da aglomeração cultural.
Mommas (2004)	Carteira de atividades horizontais; carteira de atividades verticais; nível de abertura, adaptabilidade ou fechamento/solidez dos programas cultural e espacial.	Regimes de financiamento: nível e tipologia dos fundos públicos e privados; Localização da aglomeração dentro da cidade; Envolvimento dos vários atores na administração dos lugares; Desenvolvimento da trajetória das aglomerações.
OECD (2005)	Tipologia de aglomeração baseada nos produtos culturais.	Grau de padronização do produto, grau de concentração do negócio; Facilidades dos fatores de governança.
Santagata (2005)	Tipologia dos bens e atividades culturais.	Tipologia dos distritos culturais e modelos de desenvolvimento.
Valentino (2005)	Fatores constitutivos, recursos humanos, culturais e sociais; infraestrutura territorial; serviços de recepção e firmas	Estágios de implementação do projeto; Principais etapas do processo: metas; definição de plano de ação; construção de parcerias; taxação; sustentabilidade de financiamento; modelo de implementação e administração.
Carta (2004)	Sistemas de valoração; tipos de blindagens culturais: cultural; administrativa, social e econômica.	Metas, índices estratégicos de acompanhamento cultural; indicadores de grau de aglomeração cultural.
Lazzereti (2003)	HC place: objetivo e avaliação do potencial; subjetiva e visão idiossincrática.	Alto nível de aglomeração cultural; Alto nível de governança cultural.

Fonte: CINTI (2008), adaptado.

Diante do exposto, utilizar o modelo de agrupamento cultural como um instrumento de política de desenvolvimento econômico local é uma tarefa extremamente complexa. Os requisitos essenciais, as condições necessárias e as formas de governança para o estabelecimento de uma aglomeração são múltiplas e diferenciadas, o que sugere que cada caso é um caso. Apesar disso, Cinti (2008, p.88) identifica os seguintes fatores-chave para o sucesso da governança de um agrupamento cultural: presença de agentes habilitados que

liderem e suportem o aglomerado; um corpo institucional que interaja e coordene; efetiva colaboração entre o setor público e privado; visão comum dos objetivos do agrupamento; realização da massa crítica em número e qualidade de agentes e serviços; fontes de financiamento diversificadas; criação de uma marca que identifique o agrupamento; regulação dos direitos de propriedade e padrão de qualidade; equilíbrio entre as forças cooperativas e competitivas e controle dos comportamentos oportunistas; existência de uma rede de relações entre agentes econômicos; não econômicos e institucionais e participação nos processos decisórios.

Nas últimas décadas foram inúmeros os planos, projetos e intervenções urbanas cujos objetos foram os agrupamentos culturais. No campo do planejamento estatal, emergiram novos termos e expressões que retratam tal importância: “bairros culturais”, “distritos culturais”, “cultural e creative cluster” e “creative millieu”. Apesar da origem comum das abordagens sobre aglomerações produtivas, as terminologias utilizadas são muito variadas e uma análise mais acurada de seus conceitos põe em relevo muitas de suas diferenças, conforme se vê a seguir na análise das abordagens de *Creative Clusters* e Arranjos Produtivos Locais.

5. *Creative Cluster*

Tal tipologia de aglomerações de atividades de produção e circulação de bens e serviços simbólico- culturais está estreitamente vinculada à noção de indústrias criativas, as quais são indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais, assegurados por propriedade intelectual, e que têm potencial para geração de empregos e riquezas (DCMS, 2001). As indústrias criativas incluem, por exemplo, propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio.

Os *Creative Clusters* são, por sua vez, aglomerações que se amparam nas múltiplas criatividades dos indivíduos – artística, empreendedora e de inovação tecnológica – para criar um novo valor econômico (DCMS, 2001). Os *Creative Clusters* podem englobar organizações sem fins lucrativos, instituições culturais e artistas individuais, além de empresas privadas. A existência de empreendimentos criativos em uma mesma área reforça a presença e a identidade de todos e de cada um deles.

A especificidade da abordagem do *cluster* de indústrias criativas em relação aos recortes e segmentações tradicionais é que o seu foco não se limita às interações entre firmas e instituições, mas abrange, também, as relações entre os indivíduos dentro do arranjo. Esta visão considera o conhecimento da comunidade, que pode ser definida como um grupo de pessoas, principalmente arquitetos, programadores, *designers*, artistas, publicitários e diretores, atuando freqüentemente em organizações distintas, mas, unidas por um conjunto de normas, valores e entendimentos, que ajuda a definir o conhecimento e a trajetória dos segmentos econômicos aos quais elas pertencem (Henry e Pinch *apud* Curds, 2001). Apesar desses avanços em relação à noção tradicional de cluster industrial, conforme em Porter (2000), muitas das críticas endereçadas à noção porteriana de cluster aqui se aplicam, além de outras novas.

As críticas tradicionais apontam que não há compatibilidade entre a noção porteriana de “clusters” e certos conceitos como, por exemplo, o de “pólos de desenvolvimento”, elaborado por François Perroux, e mesmo com as redes de empresas japonesas. Tanto os pólos como essas redes seriam mais afinadas com relações de cooperação, com mais intervenção do Estado e mais diálogo entre os atores do que os clusters descritos por Porter (Aktouf, 2002).

Harrison e Glasman (1997) consideram, por outro lado, haver divergências expressivas entre a teoria normativa de Porter e o comportamento das firmas, contemporaneamente. Segundo Harrison e Glasman (1997), o funcionamento de firmas em clusters pode inibir seus processos de aprendizagem, uma vez que as firmas aprendem, também, a partir de suas rotinas. Nos clusters, as firmas poderiam ter reforçadas condutas e práticas gerenciais e produtivas estabelecidas e tidas como bem sucedidas, isso é, as firmas poderiam ser capturadas em armadilhas de conhecimento.

Nelson e Winter (1982), e Lastres (2006) ampliam as críticas anteriores desenvolvidas por Harrison e Glasman (1997) em relação aos clusters para as redes. Segundo esses autores, os arranjos organizacionais, redes e clusters, detêm elevado potencial de mobilizar conhecimentos e, simultaneamente, de proteger conhecimento, sobretudo os tácitos, e capacitações. Nesses casos, a inserção das firmas nesses formatos organizacionais poderia erodir suas condições de competitividade, em lugar de reforçá-las.

Aktouf (2002) avança, afirmando que Porter promove em sua obra uma fuga do terreno das relações sociais concretas, induzindo a percepção de que os jogos competitivos realizam-se em um terreno neutro, igualitário e cientificamente objetivo, e de que há um predomínio da microeconomia sobre a macroeconomia, com os aspectos estritamente econômicos comparecendo como os determinantes, quase exclusivos, das ações dos atores dos clusters, por exemplo.

Pratt (2004) avalia criticamente a literatura sobre aglomerações e discute que a noção de "agrupamentos criativos" não é o melhor ponto de partida para análise ou desenvolvimento de políticas. Pratt (2004) argumenta, contudo, que a complexidade e a singularidade da indústria criativa trazem uma dimensão mais ampla ao seu tratamento como um cluster *vis a vis* um setor tradicional. Este autor levanta quatro problemas na abordagem do *Creative Cluster*. Primeiro, como definir empiricamente o *cluster* (em termos de atores participantes, tamanho, número de firmas e interações políticas, econômicas e culturais). Segundo, como determinar o critério de avaliação do sucesso do cluster e, conseqüentemente, o que deve ser fomentado. Terceiro, como responder à questão colocada por parte da literatura quanto à possibilidade de criação "artificial" (de "cima para baixo" e a-histórica) de clusters. Quarto, não é claro se é apropriado aplicar uma política genérica para todos os segmentos do cluster ou se algumas atividades requerem tratamento separado. Pratt (2004) discute a necessidade de construção de uma abordagem alternativa, que possa atender melhor às especificidades das atividades criativas dentro do *Creative Cluster*.

Embora a abordagem de *Creative Clusters* venha encontrando crescente difusão, no Brasil, observa-se muita utilização da abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APL's) para mapear aglomerações produtivas do setor cultural. Essa abordagem é tratada na próxima seção.

6. Arranjos produtivos Locais (APL's)

Arranjos Produtivos Locais (APL's) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com o foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Envolvem, geralmente, a participação e a interação de empresas – desde aquelas produtoras de bens e serviços finais, passando pelas fornecedoras de insumos e equipamentos, assim como de serviços de consultoria, e chegando aos clientes, representações e associações. Abarcam ainda diversas instituições públicas e privadas de formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento (Lastres e Cassiolato, 2007).

Os APL's localizam-se em territórios, cujas configurações específicas contingenciam seus desempenhos, tanto em termos de resultados como em termos de *modus operandi*. Todo

território, por seu turno, tem dimensões socioeconômica, físico-territorial, político-organizativa e simbólico-cultural. Além de sobrelevar os jogos de poder (dimensão político-organizativa) e sua materialidade física, social e econômica (dimensões socioeconômica e físico-territorial), a noção de território põe em relevo aspectos simbólico-culturais, refletindo que territórios são suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas e, portanto, evocam sentimentos de pertencimento. Por isso, a noção de APL, ao se correlacionar fortemente com a de território, preenche algumas das lacunas antes apontadas em relação ao conceito de *creative cluster*.

No Brasil, em especial, têm proliferado estudos sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) com amplo espectro de atividades abrangidas, inclusive as de produção e operação de bens e serviços simbólico-culturais, cujo exemplo mais notável, nesse último caso, é o de Conservatória, cidade do Rio de Janeiro. Essa cidade tem um promissor veio de atividade econômica em torno da serenata, um tipo de estilo musical romântico que foi muito apreciado no Brasil na primeira metade do século XX, que, desde a década de 1950, vem se reconfigurando e ganhando complexidade. Com o passar dos anos, a articulação da economia local em torno desse estilo musical rendeu-lhe o título de “capital da serenata”, vinculando-se à geração de um conjunto de externalidades, que lhe dão destaque ainda como centro de lazer, de turismo, com geração de renda, ausência de desemprego e de violência (Lemos et al disponível em www.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 11/11/2007).

Os estudos de Lemos et al, Costa et al, Silva e Apolinário e Moutinho et al (disponíveis em www.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 11/11/2007) evidenciam que, em relação à noção de *Creative Cluster*, conforme discutida anteriormente, a de APL avança ao incorporar um olhar mais cuidadoso sobre as imbricações entre fatores mercantis e não-mercantis em suas conformações. Apesar desse avanço, as impregnações dos seus atores em suas redes sociais primárias não têm sido consideradas, as quais podem tornar esses APL's mais permeáveis a elementos simbólico culturais que estão difusos no tecido social dos territórios nos quais os APL's estão localizados, assim como persiste uma hipervalorização da pequena e média empresa, e de seu papel na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, e uma tendência ao insulamento das experiências estudadas.

7. Considerações Finais

O presente artigo discutiu a tendência atual de apoio aos segmentos culturais utilizando-se a abordagem de aglomeração. A ampliação das políticas com este enfoque parte da constatação que as atividades culturais tendem a se aglomerar em certos locais ou regiões. Estas desenvolveriam uma diversidade de relações sociais, baseadas na complementaridade, na interdependência e na cooperação.

A literatura dominante sobre este tema tem-se voltado, principalmente, para o mapeamento das aglomerações culturais. Contudo, pouco tem se discutido como os modelos desenhados e revisados neste artigo, que são utilizados predominantemente em países centrais, podem atender às complexas dimensões do segmento cultural e ajustarem-se às especificidades de cada local específico. A discussão considerada relevante, para o presente artigo, é se o arcabouço conceitual de aglomeração forneceria ferramentas adequadas para o fomento ao segmento cultural.

Como foi visto, a despeito de muitas semelhanças associadas a abordagens com base em aglomerações produtivas, sejam *Creative Clusters* ou APL's, podem-se identificar peculiaridades em cada uma delas. Em estudos sobre *Creative Clusters*, só para citar um exemplo, há uma prevalência de foco nas relações e interações mercantis. Denotam-se, enfim,

a prevalência da lógica de mercado e da maior importância relativa de relações de competição em detrimento de relações de cooperação.

Entende-se que em posição oposta encontra-se a noção de APL. As maiores particularidades do conceito de APL derivam do reconhecimento de que todo APL localiza-se em um determinado território, o qual se delimita a partir de quatro dimensões constituintes e inter-relacionadas. Assim, o que distingue a noção de APL da de *creative cluster*, em particular, não é a importância maior ou menor das relações que se estabelecem entre seus atores, nem a composição desses atores. A maior diferença repousa no reconhecimento de que a lógica que impulsiona tais relações não é meramente mercantil, guiada por racionalidade instrumental. Na noção de APL, estão devidamente consideradas relações mercantis e não-mercantis, questões de valores, de identidades e de pertencimento, além de questões socioeconômicas.

Certamente que a multidimensionalidade do conceito de território e, por extensão, de APL requer novos ferramentais de pesquisa e de planejamento de intervenções. Como regra, pode-se dizer que, no Brasil, o conceito foi bem desenvolvido, mas métodos de mapeamento de APL e instrumentos de pesquisa guiados pelo conceito de APL ainda estão pouco desenvolvidos para o mapeamento de APL's culturais, apesar de todo esforço desenvolvido, por exemplo, pelo conjunto de estudiosos reunidos na REDESIST (www.sinalredesist.ie.ufrj.br). Entende-se que a negligência em relação às redes primárias nas quais os atores dos APL's culturais estão inseridos é uma das principais lacunas da metodologia antes citada, assim como persiste uma hipervalorização da pequena e média empresa, e de seu papel na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, e uma tendência ao insulamento das experiências estudadas.

Identificada a lacuna sobre o mapeamento das redes sociais informais que perpassam os APL's, sugere-se que um enriquecimento da metodologia adotada pela REDESIST poderia advir da utilização concomitante da abordagem de redes, que permitiria a realização de fotografias das malhas de relações e cálculos de diversas medidas para identificação de atores importantes e influentes, assim como dos fluxos de elementos intangíveis, isso é, simbólico-culturais. Enfim, as redes sociais informais permitem tornar visível a permeabilidade dos APL's aos elementos simbólico-culturais que distinguem as populações dos territórios nos quais os APL's estão inseridos e, simultaneamente, dá visibilidade à importância das culturas locais para a consolidação e sucesso dos APL's.

8. Referências

- AKTOUF, O. **Governança e Pensamento Estratégico:** Uma crítica a Michael Porter. Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 42 • n. 3, jul/set 2002 p. 43-53.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (Org.) **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. p.23-69.
- ALBAGLI, Sarita; BRITO, Jorge. Glossário de Arranjos Produtivos Locais. In: **Arranjos Produtivos Locais:** uma nova estratégia de ação para o SEBRAE, LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José (org), Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- AMARAL FILHO, J. et al. Identificação de arranjos produtivos locais no Ceará. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. **Arranjo Produtivo de Bordados:** Caicó-RN, outubro, 2006, disponível em www.sinal.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 15/11/2007.

- ARANTES, Antonio Augusto. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: SEBRAE/NA. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: SEBRAE, 2004.
- BASSETT, K., GRIFFITHS, R., SMITH, I. (2000), Cultural industries, cultural clusters and the city: the example of natural history film-making in Bristol, **Geoforum** 33 (2) (2002) pp. 165-177.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001.
- CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M. M. et al. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CINTI, Tommaso Cultural Clusters and Districts: The State of the Art. In: COOKE, Philip; LAZZERETTI, Luciana (org) **Creative cities, cultural clusters and local economic development**. Edward Elgar Publishing Ltd
- COOKE, Philip; LAZZERETTI, Luciana (org) **Creative cities, cultural clusters and local economic development**. Edward Elgar Publishing Ltd
- COSTA, F. A.; DINIZ, M. B.; FARIAS, C. M.; SOUZA, J. M. de; COSTA, J. de Alencar. **O Círio de Nazaré: Economia e Fé**, disponível em www.sinal.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 11/11/2007.
- CURDS. **Culture cluster mapping and analysis: Final Report for ONE North East**. UK: Newcastle University, 2001.
- DCMS. Creative industries mapping document. London: HMSO, 2001.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 204p.
- HANEL, P. **Intellectual property rights business management practices: A survey of the literature**. Technovation 26, p. 895-931, 2006, disponível em www.sciencedirect.com, acessado em 05/01/2007.
- HARRISON, B.; GLASMEIER, A. K. **Response: Why Business Alone won't Redevelop the Inner City: A Friendly Critique of Michael Porter's Approach to Urban Revitalization**. Economic Development Quarterly 1997; 11; 28, disponível em <http://www.sagepublications.com>, acessado em 20/10/2007.
- HARVEY, David. **A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura**. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 139-171.
- IZERROUGENE, Bouzid. A economia política do cognitivo. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 34, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPEC, 2006, p. 131-156 .
- JAGUARIBE, Ana. **As indústrias criativas: parâmetros para as políticas públicas**. Apresentado no Workshop da UNCTAD sobre as Indústrias Criativas Empreendedoras. São Paulo, 9 jun. 2004.
- KUPFER, D.; HASENCLAVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- LASTRES, H. M. M. **Invisibilidades, injustiça cognitiva e outros desafios à compreensão da economia do conhecimento**. Segunda versão de novembro de 2006, disponível em www.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 01/11/2007.
- LAZZERETTI, L., (2003), "City of art as High Culture Local System and Cultural Districtualization Processes: the cluster of art restoration in Florence", International Journal of Urban and Regional Reserch, vol. 27, n.3, pp. 635-648
- LEMONS, Cristina; CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa; PEREIRA, Marcelo; SCAZT, Paula., disponível em www.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 11/11/2007.

- LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana – Análise de redes: Uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia (org.). – **Gestão estratégica: Cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais** – aplicação nos estudos de transferência da informação. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n.1, jan/ abril de 2001, p. 71-81.
- MARSHALL, A. **Princípios de Economia Política**, Tratado Introdutório (Natura non facit saltum), São Paulo: Abril Cultural, 1982, v. I , cap. VIII, IX, X, XI, XII e XIII, p. 211-272.(Os Economistas).
- MARTINELL, A. **Cultura e cidades: Uma aliança para o desenvolvimento** – A experiência da Espanha. UNESCO Brasil (org). Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília:UNESCO Brasil, 2003. p. 93-104.
- MATOS, Marcelo; LEMOS, Cristina. **Using the approach of local productive arrangements and systems for the analysis of creative industries in Brazil: the case of Conservatória**. 2005. GLOBELICS AFRICA:Innovation systems promoting economic growth, social cohesion and good governance, Tshwane. Disponível em: http://www.globelics2005africa.org.za/papers/p0027/Globelics2005_Matos%20-%20Lemos.pdf. Acesso em: 14 mar. 2005.
- MOLES, Abraham A. **Sociodinâmica da Cultura**. Editora da Universidade de S.Paulo, 1974.
- MOMMAAS, H. **Cultural clusters and the post-industrial city: towards the remapping of urban cultural policy**. Urban Studies, v. 41, n. 3, p. 507-532, 2004.
- MOUTINHO, L; CAVALCANTI FILHO, P.F.; KEHRLE, R.; CAMPOS, L. H. R. de. **O Maior São João do Mundo em Campina Grande**, 2006, disponível em www.sinal.redesist.ie.ufrj.br, acessado em 11/11/2007.
- NASCIMENTO, D. E. do; SOUZA, M. de. Valorização do Terroir – Desenvolvimento Local. LAGES, V; BRAGA, C.; MORELLI (org). **G. Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**.Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília DF: SEBRAE, 2004, p,179-199.
- NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NACHUM, L.; WYMBBS, C. **Firm-specific attributes and MNE locations choices: Financial and professional service FDI to New York and London**. ESRC Centre for Business Research, Working Paper No. 223, University of Cambridge, 2002.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**, TheBelknap Press of Harvard University, London, 1982.
- O'CONNOR, J. Cultural Industries. **European Journal of Arts Education**, Manchester, v. 2, n. 3, fev. 2000.
- OVERWALLE, G. V. **Protecting and sharing biodiversity and traditional Knowlwdge: Holder and user tools**. Ecological Economics, 53, 2005, p. 585-607. Disponível em www.sciencedirect.com, acessado em 10/10/2007.
- PORTER, M. Local clusters in a global economy. In: HARTLEY, John (Ed.). **Creative Industries**. Oxford, RU: Blackwell, 2005.
- PORTER, M. **Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy**.Economic Development Quartely, 2000; 14;15, p-14-34. Disponível em www.sagepublications.com, acessado em 10/11/2007.
- PRATT, Andy. **Creative Clusters: towards the governance of the creative industries production system? UK**, 2004. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/>>. Acesso em: 10 mai. 2005.
- RIBEIRO, E. M. B. de **As Redes Sociais Interorganizacionais: Uma Análise das Parcerias mantidas pelas Organizações Integrantes do Consórcio Social da Juventude**. Salvador, s.n., 2006, - 177p. (Dissertação de Mestrado – Pós graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Departamento de Psicologia. Orientador: Antônio Virgílio B. Bastos).

- REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manole, 2006.
- SANTAGATA, Walter, 2005. "Cultural Districts and Their Role in Developed and Developing Countries," **Handbook of the Economics of Art and Culture**, Elsevier.
- SCOTT, A. J. "Cultural-Products Industries and Urban Economic Development: Prospects for Growth and Market Contestation in Global Context," **Urban Affairs Review**, 39, 2004, 461 – 490.
- SEGERS, K.; HUIJGH, E. Clarifying the complexity and ambivalence of the cultural industries. Gent: Steunpunt Re-Creatief Vlaanderen. **Working paper**, Belgica. n. 2, 2006, 17p.
- SUZIGAN, W. (1999). org. Clusters e sistemas locais de inovação. Campinas, UNICAMP, Anais do Seminário Internacional.
- SMIDT-JENSEN, S. The roles of culture and creativity within urban development strategies. Outlining a theoretical framework for analysing Scandinavian cities. **CSB Working Paper** n. 8, januar 2007. Disponível em: http://www.byforskning.dk/publikationer/Siden%20publikationer/Working%20papers/ssj_rtn_paper_endeligt_jan07.pdf. acessado em 10/10/2007.
- TOLILA, P. **Cultura e economia**. São Paulo, Editora Iluminuras, 2007.
- VALENTINO P.A. **Le trame del territorio**. Politiche di sviluppo dei sistemi territoriali e dei distretti culturali, ed. Sperling & Kupfer, Milano 2003.
- VASCONCELOS, F.C. de; GOLDSZMIDT, R. G. B.; FERREIRA, F. C. M. Arranjos Produtivos. **GV executivo**, v.4,n.3, ago./out. 2005, p.17-21.
- VAZ, L. F. . A `culturalização` do planejamento e da cidade: novos modelos. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Salvador, v. 1, p. 31-42, 2004.
- YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Sites Consultados:

REDEsist (www.sinalredesist.ie.ufrj.br)

<http://www.india-seminar.com/2005/553/553%20simon%20evans.htm>.

¹**Economias de Escala** ocorrem quando a expansão da capacidade de produção de uma empresa provoca um aumento na quantidade total produzida sem um aumento proporcional no custo de produção. Como resultado, o custo médio do produto tende a ser menor com o aumento da produção (Kupfer; Hasenclever, 2002).

Economias de escopo ocorrem quando é mais barato produzir dois produtos juntamente (produção conjunta) do que produzi-los separadamente. Fator de importância particular para explicar economias de escopo é a presença de matérias-primas comuns na fabricação de dois ou mais produtos, assim como as complementaridades na sua produção (Kupfer; Hasenclever, 2002).

² BERG, L. VAN, E. BRAUN AND W. VAN WINDEN. **Growth Clusters in European Metropolitan Cities**, Ashgate, Aldershot 2001..

³ BROOKS, Arthur C. & R. J. Kushner (2001) Cultural Districts and Urban Development, **International Journal of Arts Management** 3 (2) 4-15.

⁴ MOMMAAS, H. (2004) **Cultural Clusters and the Post-Industrial City: Towards the Remapping of Urban Cultural Policy**, in: *Urban Studies*, vol. 41, no. 3, 507-532.

⁵ SANTAGATA, Walter, 2005. "Cultural Districts and Their Role in Developed and Developing Countries," **Handbook of the Economics of Art and Culture**, Elsevier.

⁶ VALENTINO P.A., **Le trame del territorio**. Politiche di sviluppo dei sistemi territoriali e dei distretti culturali, ed. Sperling & Kupfer, Milano 2003.

⁷ CARTA, M. (2004), "Strutture territoriali e strategie culturali per lo sviluppo locale", **Economia della Cultura**, vol. 14, n. 1, pp. 39-56

⁸ LAZZERETTI, L., (2003), "City of art as High Culture Local System and Cultural Districtualization Processes: the cluster of art restoration in Florence", *International Journal of Urban and Regional Reserch*, vol. 27, n.3, pp. 635-648